

CAMPESINATO SERTANEJO E SUA RELAÇÃO COM A TERRA AO LONGO DO TEMPO EM RIBEIRA-PB

Marta Inez Medeiros Marques¹

Este trabalho tem por objetivo analisar as diferentes formas sociais da terra desenvolvidas por um grupo de camponeses da localidade de Ribeira, município de Cabaceiras-PB. As reflexões apresentadas a seguir foram elaboradas a partir de uma retomada das discussões realizadas em nossa dissertação de mestrado, à luz de novas questões.

Se no mestrado, concluído em 1994, o objetivo da pesquisa foi compreender como se dava a reprodução social desse campesinato ao longo do tempo a partir do estudo de seu modo de vida e forma de territorialização, agora, invertemos o foco, e dirigimos a nossa atenção para a relação com a terra propriamente, no que ela expressa em termos de relações sociais e quais as estratégias de reprodução social a que se acha vinculada.

A configuração camponesa² encontrada em Ribeira é formada por sujeitos que partilham uma existência marcada pela importância da atividade pecuária e da dominação do coronel e a convivência com a seca, traços constitutivos de um modo de vida sertanejo. Mas eles não se autodefinem como sertanejos, são caririzeiros³.

Sertanejo é quem é do Sertão, da Serra do Teixeira pra cima. Não sou sertanejo, sou caririzeiro, somos sertanejos para o povo do Brejo. (depoimento de um camponês da área)

A área estudada se localiza nos Cariris Velhos⁴, uma das regiões mais secas dos Sertões Nordestinos. As médias pluviométricas anuais, muito baixas, variam entre 300 e 400 mm e as temperaturas ficam em torno de 24^o ou 25^oC. As chuvas, além de escassas, têm distribuição muito irregular. Os solos são comumente rasos e com alto teor em sais.

Cabaceiras é um município pobre, cuja principal atividade econômica tem sido tradicionalmente a pecuária. O seu maior rebanho é o de caprinos, animal melhor adaptado

¹ Prof^a Dr^a - Universidade de São Paulo (USP)
mimmar@usp.br

² O termo configuração camponesa refere-se ao que comumente chamamos de grupo camponês. O uso desta expressão baseia-se em Godói (1999:31) e tem por objetivo destacar que se trata de uma estrutura de relações possível que os sujeitos estabelecem com a sociedade abrangente, entre si e com a natureza.

³ Na Paraíba, é chamada de Sertão apenas a porção mais ocidental do estado, área da bacia do Espinharas. Porém, a expressão também se aplica a todo o semi-árido, sobretudo quando quem fala é alguém situado nas áreas mais úmidas.

às condições ambiente da região⁵. Com as mudanças recentes, houve a valorização do rebanho bovino nas grandes propriedades e uma maior diversificação de atividades nas menores.

O município é composto por 3 distritos: Cabaceiras, São Domingos e Ribeira. São Domingos corresponde à porção sul do município. É o distrito mais pobre, onde o êxodo rural alcança altos índices. Grande parte de sua população, tanto rural como urbana, dedica-se à confecção de roupas, mantendo estreita relação com a cidade de Santa Cruz do Capibaribe em Pernambuco.

Cabaceiras e Ribeira ocupam a porção norte do município e apresentam uma maior ligação entre si. Ribeira é o distrito mais populoso, sendo sua população constituída predominantemente por famílias camponesas, cujas principais atividades eram à época da pesquisa: o roçado, a cultura do alho, a pecuária de ovinos, caprinos e bovinos, o curtume e o artesanato de couro.

A história do campesinato de Ribeira pode ser dividida em duas grandes fases caracterizadas por distintas formas de relação com a terra. A primeira se estende do séc. XVIII ao séc. XIX e corresponde ao tempo em que a fazenda era o centro da vida social e econômica, a pecuária era a principal atividade e o sertanejo vivia em relativo isolamento. A segunda fase data do final do século XIX aos dias atuais, quando a grande propriedade passa por muitas transformações e o espaço camponês tende a se projetar para fora dela.

O tempo das fazendas

A apropriação da terra

A *fazenda* constituía o núcleo da organização social e econômica dos Sertões. Desempenhava funções produtivas, sociais, políticas e militares. Ela correspondia à unidade básica de sociabilidade da região e por isso também era a sua unidade territorial elementar.

O estabelecimento de uma fazenda de criar era extremamente simples. Bastava construir uma casa tosca para abrigar o vaqueiro e seus auxiliares ou sua família e levantar de forma elementar os currais⁶. Nestes cercados se punha o gado para *formar os cascos*, numa espécie de quarentena, quando o rebanho repousava da longa caminhada. Em seguida o gado era solto na caatinga brava e reproduzia-se quase que sob nenhum cuidado. A mão-de-obra necessária era pequena (PRADO Jr., 1948, p. 186; SOARES, 1968, p. 25).

⁴ Depressão interior do planalto da Borborema, porção centro-sul do estado da Paraíba.

⁵ As microrregiões do estado que apresentam um efetivo de ovinos e caprinos superior ao de bovinos são o Seridó Oriental Paraibano, o Cariri Ocidental e o Cariri Oriental.

⁶ Lugar onde o gado fica confinado por cercas. Há, contudo, outro emprego para o termo, hoje menos usual. Curral também designa pontos germinativos de criatório (SOUZA BARROS, 1985, p. 25).

Como não exigia grandes despesas, esta atividade tornou-se acessível a pessoas de poucas posses. Filhos mais novos dos fazendeiros de cana, nobres falidos, sitianteiros que quisessem trabalhar diretamente na terra, aventureiros e até ex-vaqueiros tornaram-se fazendeiros nos Sertões.

A fundação dos currais era feita pelo vaqueiro a mando do patrão. Uma vez ocupadas as terras, pedia-se a concessão das mesmas às autoridades competentes (SOARES, 1968, p. 24).

Os limites das concessões eram bastante imprecisos. Seus pontos extremos eram firmados a olho, uma árvore, um curso d'água, um morrete etc. Os concessionários ignoravam onde realmente terminavam. Daí os campos de criação serem denominados de "gerais", segundo Pierre Deffontaines.

Neste período em que as terras eram abundantes, a expansão de uma fazenda no sertão dependia, sobretudo, do aumento do rebanho e da força de trabalho, daí a necessidade de o fazendeiro assegurar o maior número possível de agregados⁷ à sua volta. Quanto mais dependentes tivesse, maior a fazenda e o poder do proprietário.

Não havia cercas delimitando as fazendas. À época das primeiras sesmarias chegou-se mesmo a deixar uma légua de terra devoluta entre uma data e outra para evitar que os rebanhos se misturassem. Desta ocupação extremamente extensiva, restou o hábito da terra solta⁸, mesmo quando o avanço do povoamento na área já não mais permitia a separação dos rebanhos, que passaram a pastar juntos. A pastagem torna-se, então, de uso comum entre as fazendas.

O uso da terra

A fazenda consistia numa unidade de produção voltada para a atividade pecuária, que comportava internamente à sua organização a existência de unidades camponesas. Os vaqueiros e os agregados conciliavam o trabalho na fazenda com a produção familiar de alimentos para a sua subsistência e abastecimento do grande estabelecimento. A fazenda, de certa maneira, se bastava a si mesma.

Além do cultivo do roçado de milho e feijão, as unidades domésticas geralmente se ocupavam da pecuária de caprinos que representava mais uma produção alimentar. Estes

⁷ MARTINS define o agregado como morador de favor. Ele troca serviços e produtos de sua lavoura por favores, num complicado balanço entre favores prestados e recebidos. E explica: "(...) a concepção de favor, como prestação pessoal, mas recíproca, envolve não apenas a produção material, mas a própria lealdade das partes: a defesa de supostos direitos de propriedade de um fazendeiro, bem como o abrigo e proteção ao camponês contra a perseguição policial por um crime cometido etc" (1981, cap I, p. 36). Um código de honra permeava esta relação. Caso fosse preciso, o agregado defenderia com a própria vida o domínio do patrão.

animais pastavam livremente nos campos da fazenda, o que também acontecia com o seu rebanho bovino, quando este existia.

Uma grande fazenda possuía vários currais, cada um sob a responsabilidade de um vaqueiro. O curral situava-se próximo à casa do vaqueiro. Às vezes, ao lado do curral grande - local da ferra, contagem e vistoria - havia um pequeno, onde ficavam as vacas de leite e os cavalos de serviço (GOULART, 1965, v.1, p. 119).

A criação era feita com o gado criado solto no pasto natural. As pastagens eram comuns e os rebanhos realizavam longas caminhadas em busca de alimento e água.

Durante a estação seca costumava-se cavar uma cacimba no rio para os animais beberem água. Esta também ficava perto da casa do vaqueiro para facilitar o seu controle sobre o rebanho. (GOULART, 1965, v.1, p. 123)

O roçado situava-se geralmente nas imediações das casas dos trabalhadores, em baixios, várzeas, vazantes ou encostas úmidas onde os solos eram mais profundos e úmidos. Como fosse zona de pastoreio, as culturas eram cercadas para evitar a invasão de animais. (CORREIA DE ANDRADE, 1980, pp. 165 e 170; SOUZA BARROS, 1985, p. 21) Os diferentes tipos de cerca eram feitos com madeira ou pedra, materiais abundantes na região.

O roçado era plantado em fins de fevereiro e início de março, com a chegada das primeiras chuvas. A batata-doce, a melancia e o feijão de corda ou macassar ocupavam o leito seco do Taperoá à proporção que as águas do rio baixavam no intervalo entre as chuvas.

Lavouras de subsistência também eram plantadas no Brejo Paraibano, particularmente quando das estiagens prolongadas. Tratava-se de uma forma de ocupação subpermanente. Os primeiros exploradores destas terras devem ter sido:

(...) os agregados dos fazendeiros do sertão, que ali faziam plantar lavouras para mais fácil abastecimento de todo o pessoal das fazendas e dos aventureiros que os acompanhavam como soldados.
(JOFILLY apud CORREIA DE ANDRADE, 1959, p.54)

Na seca de 1692 o Brejo Paraibano serviu como refúgio para os retirantes sertanejos (ANDRADE, 1959, p. 55). Com o passar dos tempos e o arrefecimento da expansão pecuária nos Sertões, o Brejo foi efetivamente ocupado e suas terras doadas a sesmeiros. O binômio cana-de-açúcar e culturas de subsistência tornou-se dominante na paisagem e a farinha de mandioca e a rapadura, seus principais produtos comerciais.

⁸ Significa terra que não é cercada.

Grandes fazendeiros em Cabaceiras passaram a ter terras no Brejo, trazendo para os Cariris esses produtos. Outros, com menos posses, periodicamente lá arrendavam terras para plantar mandioca ou compravam seus produtos.

A carne de bode e o leite de cabra foram a base da alimentação local, complementada pelo milho e o feijão, principais produtos da lavoura, e pela farinha e a rapadura que vinham do Brejo. O boi e o queijo destinavam-se ao mercado em Campina Grande.

Nos Cariris o algodão não se desenvolveu da mesma forma que em regiões como o Seridó e o Sertão do Piranhas. Enquanto esta cultura ocupava vastas extensões de terra e animava a vida de inúmeras cidades nos Sertões, nos Cariris ela alcançou uma pálida expressão.

A agricultura limitou-se a áreas restritas nos vales dos principais cursos de água. A pecuária continuou a predominar na região ao longo do séc. XIX. Rebanhos de caprinos e ovinos associados aos de bovinos compunham o seu traço característico.

O aumento da população provocou uma diminuição contínua das áreas das fazendas, fragmentadas pela herança. Nem mesmo as alianças matrimoniais intrafamiliares, bastante frequentes na área, conseguiram limitar esta tendência.

Pastos menores, ainda que explorados de modo mais intensivo, levaram a uma redução no tamanho dos rebanhos. Também como consequência desse processo, dá-se uma modificação no sistema de criação com a adoção da prática da transumância para o gado bovino.

Os caprinos, melhores adaptados à região, eram produzidos em grande escala visando, sobretudo, à subsistência. Porém, o seu couro foi ganhando aos poucos importância comercial. Durante muito tempo, produziu-se apenas o couro cru. A arte de curtir só se difundiu na área nas portas do século XX, época em que surgiu a primeira artesã de roupa de couro em Ribeira.

O tempo da terra recortada

A apropriação da terra

A unidade social elementar desses camponeses é constituída pelo *grupo de vizinhança*, que em geral é formado por membros de uma mesma família, descendentes de um mesmo patriarca. Além dos laços de parentesco, o grupo é ligado por laços de territorialidade, de vizinhança, que se fundam na residência e na propriedade da terra.

É em referência ao seu *sítio* de origem que um grupo de camponeses se diferencia dos outros e se organiza socialmente, formando o *grupo de vizinhança*.

O *sítio* ou a *data* é, portanto, a unidade espacial elementar do grupo. Ela abarca um conjunto de pequenas propriedades. As *datas* correspondem às porções de terras doadas em sesmaria, de onde se originaram as primeiras fazendas. O nome de cada *sítio* ficou incorporado à terra, identificando os lugares.

Segundo Antônio Cândido (1964), o *grupo de vizinhança* corresponde a um tipo de povoamento disperso. Eles seriam comunidades parciais, cujos interesses e relações se vêem ampliados em nível da *comunidade* que os reúne e subordina. A *comunidade* estabelece disciplinas coletivas que representam as formas básicas de sociabilidade da vida camponesa.

A comunidade rural (camponesa) é uma forma de agrupamento social, que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de famílias fixadas ao solo. Estes grupos elementares possuem, por um lado, bens coletivos e indivisos, e, por outro, bens privados, conforme relações variáveis, mas, sempre, historicamente determinadas (LEFEBVRE, 1981, p. 156).

O camponês apresenta uma territorialidade própria que ao mesmo tempo que se insere no território capitalista a ele se contrapõe como algo diverso. Para eles, o acesso à terra é regulado pela própria comunidade, que por sua vez é determinada pela forma específica de sua propriedade. Existem diferentes formas de comunidade segundo os diferentes regimes de propriedade.

O objetivo de todas estas comunidades é a preservação, isto é, a produção de indivíduos que as constituam como proprietários, isto é, no mesmo modo objetivo de existência que, também, forma o relacionamento recíproco dos membros e, portanto, forma a própria comunidade (MARX, 1986, p. 87).

A apropriação é condição preliminar da produção da existência. A propriedade expressa a relação do indivíduo com as condições naturais de trabalho e reprodução, com a natureza inorgânica de sua subjetividade. Tal relação define o território da comunidade à medida que espacializa a sua organização social.

A apropriação é um momento do processo de produção. A apropriação só se transforma em um momento isolado que antecede o processo de produção quando se dá a separação do trabalhador de suas condições de trabalho sob o capitalismo.

O estatuto da propriedade privada da terra interpõe-se entre o agricultor e seu meio de produção básico. O camponês é aquele que sob o capitalismo, apesar da propriedade privada, recree a produção fundada na apropriação direta das condições de trabalho por parte do trabalhador.

O acesso à terra é condição fundamental para a existência do modo de vida camponês. É pelo acesso direto às suas condições de trabalho que o camponês pode assegurar o seu modo específico de organização da produção, um trabalho baseado na mão-de-obra familiar e que visa em primeiro lugar a reprodução do grupo doméstico. Por outro lado, a posse da terra permite a unidade entre produção e consumo, moradia e trabalho.

A relação do camponês com a terra, da mesma forma que a sua organização da produção, não obedece à lógica capitalista. Para este produtor a posse da terra representa o controle sobre o processo de trabalho e as vantagens que daí decorrem, como sua relativa autonomia frente às pressões da economia capitalista. Para ele, a terra é mais do que um meio de produção, ela incorpora o significado do processo de trabalho e sua inscrição no cotidiano familiar.

Porém, não se pode abstrair dessa relação as mediações resultantes do regime de propriedade privada e do mercado de terras. A frequente pobreza que tem marcado sua condição na sociedade brasileira está relacionada, entre outras coisas, à sua aparição habitual em terras marginais à economia, ou por sua localização, ou por sua fertilidade.

Sob o capitalismo, o processo de apropriação pode ocorrer de diversas maneiras, mediadas por diferentes relações sociais. No Brasil o camponês pode aparecer como agregado, parceiro, arrendatário, posseiro e pequeno proprietário.

O esgotamento das fronteiras regionais e a crescente importância da atividade de pecuária somam-se à substituição do trabalho escravo pela terra como fundamento da relação de exploração, intensificando o processo de valorização da terra.

A lei de terras criada em 1850 antecipou essa situação e estabeleceu os mecanismos que daí por diante regulariam a expansão do mercado de terras. O desenvolvimento desse mercado reduziu as possibilidades de ascensão social, aumentando as tensões. Durante muito tempo nos Sertões, a riqueza foi o rebanho e não a terra. Isso explica o grande impacto da valorização das terras iniciada nessa época.

A passagem das terras devolutas para as mãos dos estados em 1891 estimula a regularização dos limites entre as fazendas. Terras de antigos agregados e vaqueiros convertidos em sitiantes sofreram ameaça de incorporação ao patrimônio dos grandes fazendeiros (MARTINS, 1981, p. 51).

A terra herdada, que permanecera em uso comum até então, passa a ser dividida. Os herdeiros dos antigos morgados, que se haviam preservado ricos, foram os prováveis empreendedores da divisão, realizando ações de expulsão contra seus agregados. A predominância do conflito entre fazendeiros e camponeses neste momento é um indício em favor dessa hipótese (MARTINS, 1981, p. 65).

A partir de tais mudanças o modo de vida do camponês sertanejo não é mais reproduzido nos mesmos moldes. Há um desajuste causado pela adoção de novas práticas como a extorsão econômica, a expulsão do agregado e a divisão das terras de uso comum, desrespeitando-se as normas costumeiras e, em muitos casos, com forte emprego da violência.

A violência dominou a sociedade nordestina nesse período. Além dos fatores relacionados com a má distribuição de terras, a violência foi resultado de conjunturas de seca e, nas áreas em que a atividade algodoeira alcançou grande importância, ela também pode ser associada à crise que se abateu sobre o setor, atingindo grandes e pequenos produtores.

O encerramento dessa onda de violência só se deu com a melhoria das comunicações e o fim do isolamento em que vivia a sociedade dos Sertões.

Curiosamente, quando as estradas de ferro e de rodagem conseguiram devassar, em caráter definitivo, os domínios até então reservados à pata de burro dos almocreves - que, ao lado dos ciganos, eram quase que os únicos novidadeiros daquelas paragens - despejaram sobre as cabeças dos sertanejos quinhentistas todos os avanços sedimentados em três séculos de vida litorânea relativamente dinâmica. Nas zonas rurais, ainda mais do que nas escassas manchas urbanas sertanejas, isto se deu de modo doloroso e atordoante (PERNAMBUCANO DE MELLO, op. cit., p. 271).

Prossegue o hábito de uso comum dos pastos em Ribeira. Porém, na segunda metade desse século observam-se transformações de caráter mais profundo e abrangente decorrentes da valorização da terra como mercadoria e como meio de garantir o acesso a incentivos governamentais. As fazendas são cercadas e o território camponês passa a ser definido em oposição à nova territorialidade dos fazendeiros.

A reprodução social do grupo torna-se cada vez mais difícil, sendo criadas estratégias para otimizar o uso dos recursos disponíveis, em face da escassez de água,

área agricultável e recursos financeiros. Implicando conseqüências diversas para sua forma de relação com a terra.

Os Sertões Nordestinos são efetivamente integrados à sociedade nacional a partir dos anos 50 com a expansão da rede de transportes em nível nacional. É quando se verificam grandes fluxos migratórios. São reafirmadas tendências sócio-econômicas delineadas desde o século passado como a valorização das terras e o aumento da distância social e, até mesmo, ruptura de certos laços entre as categorias sociais da fazenda. A modernização técnica da agricultura, promovida pelo Estado, é um importante agente desse processo. A ela também se relaciona a ampliação da produção para o mercado.

Com a modernização da atividade de pecuária, novas áreas foram incorporadas ao sistema produtivo, havendo uma ocupação mais efetiva de toda a extensão da propriedade com a diminuição das terras deixadas em descanso. As grandes propriedades passam a ser cercadas.

Aliado à concentração fundiária, o processo de modernização determinou a expulsão dos moradores das fazendas. Agora esvaziada, a fazenda deixa de ser a principal unidade de sociabilidade. Grupos de vizinhança, povoados e cidades tornam-se os principais centros da vida social sertaneja.

Multiplica-se o número de minifúndios, transformando os Sertões no domínio de fazendeiros e pequenos proprietários. Estes últimos se localizam em pontos estratégicos, onde ocorre a presença da água. Latifúndios desertos contrastam com os poucos pontos povoados onde se concentram as unidades camponesas.

O espaço do campesinato reduz-se de uma maneira geral e os sem-terra são os maiores atingidos. Aumenta o número de assalariados nas fazendas em detrimento das relações de produção baseadas na exploração do trabalho familiar como o arrendamento, a parceria e a morada.

A maioria desses camponeses é constituída por pequenos proprietários minifundiários, cuja origem está relacionada ao processo de parcelamento de antigas fazendas, decorrente da herança. Eles produzem para a sua subsistência e frequentemente recorrem ao trabalho acessório para complementar a renda familiar. O esvaziamento das fazendas levou os camponeses empobrecidos a desempenharem as funções dos antigos moradores como mão-de-obra temporária.

Em Ribeira todos dispõem de terra para morar e trabalhar. No entanto, apenas 30% das terras são tituladas⁹. Cerca de 50% dentre elas possuem até 20 ha, sendo expressivo o número daqueles com menos de 10 ha¹⁰. Apenas 13% dessas propriedades apresentam mais de 50 ha.

Nº de produtores segundo o estrato de área

Área (ha)	nº absoluto	%
até 20 ha	15	50,0
de 21 a 50 ha	8	26,7
> 50 ha	4	13,3
não respondeu	3	10,0
TOTAL	30	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada por Maria Elisabete Ribeiro Clemente

A forma predominante de acesso à posse da terra é a herança. Na maior parte das vezes, porém, a terra permanece sem titulação e em condomínio entre os herdeiros. Tal prática é justificada pelo pequeno tamanho das propriedades herdadas e pelo alto custo que representa o trabalho de registro em relação aos limitados recursos desses camponeses.

O cercamento das propriedades dificilmente ocorreria sem grandes conflitos. Chega a acontecer a instalação da própria casa de morada em terra alheia.

Hoje não se sabe ao certo o que é terra de quem, a terra é “misturada”.(afirmação de um camponês da área)

Somente entre os camponeses melhor situados e que vêem a terra como meio de acumulação se verifica mais amplamente o hábito de titular a propriedade.

O financiamento bancário da cultura irrigada do alho modificou um pouco essa prática. Como o banco exigia o *formal*¹¹, aumentou o interesse pela partilha e titulação da terra, sobretudo quando os herdeiros não tinham uma boa relação entre si. Em famílias unidas o pai retira o financiamento a ser dividido entre os filhos. A constituição de 1988 proibiu a hipoteca das pequenas propriedades como garantia de empréstimo bancário, freando essa tendência.

O uso da terra

⁹ Os valores estatísticos que aparecem nesta parte do texto baseiam-se no trabalho de Maria Elisabete Ribeiro Clemente intitulado "Roçado e alho: reprodução familiar dos pequenos produtores de Ribeira". Também tivemos acesso aos originais dos questionários em que se baseou o referido estudo, pois estes foram doados à ARPA. Os questionários foram realizados em abril de 1987 com 100 produtores de alho, fato que pode induzir a um leve desvio apenas em relação às condições do grupo em geral, uma vez que a maioria destes camponeses são produtores de alho.

¹⁰ Segundo informação obtida através de entrevistas por nós realizadas.

¹¹ Ou documento de propriedade.

Na área estudada, os diferentes usos da terra relacionam-se com diferentes formas de apropriação. A *terra de pasto* é utilizada em comum, é *terra solta*. Ela é coberta por uma capoeira muito rala resultante da degradação intensa e progressiva da caatinga, que se apresenta um pouco mais densa somente nos pontos altos dos interflúvios. Desses pontos é extraída a madeira utilizada para diversos fins, como a lenha, o carvão e a feitura de casas e cercas¹². Porém, devido à escassez de madeira, o uso extrativo observa outras regras de apropriação: ninguém retira madeira da terra do outro.

A *terra de agricultura* ou *terra de trabalho* localiza-se nas várzeas, nas margens dos açudes e nos solos de pedimento. O seu uso é privativo de cada unidade doméstica. A *terra de lavoura* restringe-se às pequenas manchas de solo que apresentam relativa profundidade e por isso conservam melhor a umidade no Semi-Árido. A extensão de *terra boa* disponível é um dos principais fatores determinantes da condição sócio-econômica da unidade.

A separação entre *terra solta* e *terra de lavoura* vem de longa data. No início somente os campos plantados eram cercados para evitar o avanço dos animais sobre a lavoura, cultivada, sobretudo, nas várzeas. A cada ano, quando as águas do Taperoá subiam¹³, as cercas de proteção das lavouras eram arrastadas, sendo necessária sua substituição.

Em 1917 uma postura municipal determina a construção do *travessão* - grande divisória que separa a agricultura da pecuária¹⁴. A partir desse momento, cada proprietário teve que construir em suas terras uma cerca separando a várzea das outras terras. Da junção destas cercas, que vão se instalando paralelas ao rio ao longo de sua extensão, é que se forma o *travessão*.

As cercas são em geral de arame farpado ou de varas. Além das combinações entre esses dois tipos, há cercas cuja base é uma mureta de pedras. A construção de cercas com 8 ou 9 arames, o uso da quixabeira¹⁵ e o emprego da base de pedras evidenciam a preocupação em proteger a lavoura da *criação*, numerosa na região.

As várzeas dos dois lados do Taperoá foram circunscritas pelos travessões. Aí a agricultura é praticada livremente. Não há cercas separando um campo de cultura do outro. Fora do travessão, domínio da pecuária, ela é cercada.

¹² Como foi dito anteriormente, a produção de carvão é uma medida extrema, utilizada nos períodos de penúria durante as secas, quando praticamente inexistem outras fontes de renda.

¹³ No Semi-Árido a estação seca alterna-se com o "inverno", período das enchentes.

¹⁴ Também encontrado em outras áreas dos Sertões conforme citações de: ANDRADE (1980), HEREDIA (1988) e SOUZA BARROS (1985).

¹⁵ Planta com longos espinhos.

O travessão dá o limite da terra boa, da terra de lavoura. (afirmação um camponês de Ribeira)

O que ficou de fora do travessão passou a constituir as *terras de fora* ou *terras soltas*. Como o gado não tem mais livre acesso ao rio, foram construídos bebedouros nas *terras de fora*.

A grande maioria dos camponeses da área possui um pedaço de *terra de agricultura* onde planta o roçado. Quando um agricultor migra, a sua terra é utilizada pelos membros da família que ficaram. Caso ele retorne, será reempossado dos seus direitos sem prejuízos.

A *terra de lavoura* pode ser emprestada ou negociada -arrendada, utilizada em parceria ou até mesmo vendida entre os camponeses. A demanda por *terra boa* ocorre principalmente em função das necessidades da cultura irrigada do alho. A procura por essas terras pode levar o camponês a alugar terras de açude localizadas em grandes propriedades. O crescimento demográfico resulta numa maior pressão sobre a terra e determina o aumento dos preços.

A venda de terras entre os camponeses é um fato raro, mas pode ocorrer. Recentemente tem-se verificado até mesmo a venda de *terra de pasto*. Neste caso, a terra geralmente recebe alguma melhoria como o plantio de forrageiras e é cercada, representando a interferência do uso privado no meio da *terra solta*. Ali o pasto é guardado para o período mais seco, enquanto o rebanho de seu proprietário pasta nas terras de uso comunal.

A *terra solta* também é cercada quando nela é construído um açude. A valorização da atividade pecuária, que restringiu o território desses camponeses à medida que causou o cercamento das grandes fazendas que circundam a área, também é responsável pelo fechamento de terras internas a esse território. Delineia-se uma tendência que vai de encontro a elementos básicos da organização desse território. A reprodução da unidade entra em choque com a reprodução da comunidade ao passo que a concepção da terra como uma mercadoria torna-se cada vez mais aceita.

O depoimento de um camponês da área expressa bem todo esse conjunto de mudanças:

Hoje o povo de Ribeira não divide a terra. Não dá para tirar uma tirinha, não paga o trabalho do agrimensor. É gente demais, quando divide já cai na terra do outro. (...) As terras dos ricos estão todas fechadas, a cerca tem 8 arames. Vocês passaram por quantos mata-burros de Cabaceiras até aqui? Terrinha solta só a de pobre, porque o arame é caro. (depoimento de um camponês de Ribeira)

REFERÊNCIAS

- BURSZTYN, M. *O poder dos donos*. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1985.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1964.
- CORREIA DE ANDRADE, M. “Evolução e características da pecuária nordestina”, in *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco*. Recife, número 8 (jan/dez), pp. 39-63, 1959.
- _____. *A terra e o homem no Nordeste*. 4 ed, São Paulo, Liv. Editora Ciências Humanas, 1980.
- GODOY, E. P. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1999.
- GOULART, J. A. *Brasil do boi e do couro*. Rio de Janeiro, Edições GRD, v. 1 e 2, 1965.
- HEREDIA, B. M. A. de. *Formas de dominação e espaço social da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo/ Brasília, Marco Zero/ MCT-CNPq, 1988.
- JATOBÁ, J. *Emprego no Nordeste, 1950-1980: modernização e heterogeneidade*. Recife, SUDENE/ Massangana, 1983.
- LEFEBVRE, H. “Problemas de sociologia rural”, in *Introdução crítica à sociologia rural*/ José de Souza Martins (org.). São Paulo, HUCITEC, 1981.
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- PERNAMBUCANO DE MELLO, F. “O ciclo do gado no nordeste do Brasil: uma cultura da violência”, in *Ciência e Trópico*. Recife, 7(2):263-306 jul/dez, 1979.
- PRADO Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 3 ed, São Paulo, Brasiliense, 1948.
- SOARES, R. M. *Aspectos Sociológicos da pecuária nordestina*. Recife, UFPE-Imprensa Universitária, 1968.